

LEI N. 656—DE 3 DE NOVEMBRO DE 1913

Expede Código para o serviço florestal do Estado

O Presidente do Estado de Sergipe :

Faço saber que a Assembléa Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte lei :

CAPITULO I

*Do Serviço Florestal. Do Horto Florestal e
Floresta Modelo*

Art. 1º Fica creado no Estado de Sergipe o Serviço Florestal, o qual terá por objectivo o corte da lenha, e da madeira, para o uso em geral ; á conservação, melhoramento, reconstituição, formação e aproveitamento das florestas. ,

Paraphrasso unico Para os effeitos desta lei, serão consideradas *florestas*, não somente as áreas actualmente cobertas de vegetação de alto e medio porte, (mattas e caapoeiras grossas) como também aquellas áreas em que se pretenda desenvolver essa vegetação, no intuito da defeza da salubridade, e do augmento da riqueza publica e particular.

Art. 2º Fica o Governo auctorisado a crear nesta Capital, onde melhor julgar, um Horto Florestal, em que sejam praticamente estudadas as especies indigenas, ou não, mais aptas ao replantio, e a formação de novas

mattas e para fornecer mudas e sementes aos lavradores que as solicitarem

Paragrapho unico. Estas mudas e estas sementes, serão fornecidas gratuitamente, sem *onus* de qualquer natureza, para os que as requererem.

Art. 3º. Fica autorizado o Governo a adquirir terrenos, onde mais conveniente julgar, para o estabelecimento de uma Floresta Modelo em que se exercitem os trabalhos de silvicultura, em *mattas puras*, quando possível, ou em mattas mixtas, que se irão purificando pela cultura, ou finalmente homogeneas que se farmarem.

Art. 4º. O Governo poderá contractar para a direcção deste serviço um agronomo de reconhecida competencia, organizando uma repartição especial para a superintendencia desta secção, cujos detalhes serão lançados no Regulamento.

Art. 5º. Emquanto não fôr, pelo Governo Federal, decretada a instituição da festa do «*Dia das arvores*» entre nós este será o dia 1º de Maio, consagrado ao Trabalho, que será festejado nas escolas publicas do Estado.

CAPITULO II

Da derribada das mattas ; Do corte da lenha e da madeira

Art. 6º. Nenhum proprietario territorial, ou aquelle que por qualquer titulo, ou condição, esteja de posse de terra, poderá derribar matta ou mesmo caapoeira grossa, para qualquer que seja o fim, sem previa licença da autoridade competente.

Art. 7º. Se a derribada fôr destinada para plantação no terreno occupado pelo matto, ser-lhe-á concedida licença, dispondo o requerente de terras devolutas que se, prèstem á cultura, expontanea ou mechanicamente mediante o pagamento do imposto de 20\$000 por tarefa ou fracção de tarefa, de matta e de 10\$000 tarefa ou fracção de tarefa de caapoeira grossa.

Art. 8º. Essa licença não se dará, si o matto destinado para a derribada fôr em cima de monte, chapada ou cêrro, até a distancia de cem metros, nas encostas, para

cada lado ; bem como á margem de rió, tambem até á distancia de cem metros de cada lado de suas margens.

Art. 9º. Não dispondo o requerente de outros terrenos, ser-lhe-á permittida a derribada, com exclusão de 10 metros, que ficarão intactos nas condições do artigo antecedente, ultima parte.

Art. 10. Tambem se permittirá a derribada nos termos do artigo antecedente, ao requerente que só tiver porção de terra inferior a 20 tarefas.

Paragraphe unico. Os terrenos margeaes de rio que estiverem actualmente em cultura poderão continuar com a restricção determinada no art. 9º.

Art. 11. Sendo o terreno destinado para pastagem a faculdade de derribar ficará incluída na disposição do art. 9º, permittindo-se-lhe ainda mais a broca do mato, com a conservação das arvores altas.

Art. 12. Ninguém derribará mato para vender lenha, carvão, ou madeira, sem que previamente tire licença para esse fim.

Art. 13. Um anno depois da execução desta lei a licença só será concedida, mediante a prova de que o requerente plantou nos terrenos da fazenda, ou sitio onde pretenda fazer a derribada, porção de arvores de madeira de lei, ao menos equivalente é metade da area determinada para tal fim.

Art. 14. Essa licença não será dada na hypothese do mato existir nas nascentes de rio, até uma distancia de cem metros para os lados dos olhos d'agua ou brotos.

Art. 15. No caso do artigo 14, quando esta restricção attingir a um quinto da área do terreno existente na fazenda ou sitio, por isso que ella constitue objecto de utilidade, e de necessidade publica, tornando-se como tal indispensavel ao Estado, ficará passivel de desappropriação pelo Governo, seguindo as leis e processos vigentes, ou accordo.

Art. 16. E' livre a qualquer proprietario possessor ou usufructuario tirar nos seus terrenos a lenha que precisar, para o uso industrial de qualquer fabrico seu, observadas as restricções dos artigos 8, 9 e 14.

Art. 17. Tambem é livre a qualquer um tirar de suas mattas a madeira de que carecer, para o concerto,

remonte, ou construcção de seus pastos, e de sua propriedade, respeitando a determinação dos artigos 8, 9
14.

CAPITULO III

Da arborisação do sólo

Art. 18. Será premiado todo aquelle que plantar em terreno seu, ou que tenha sob a sua posse, por qualquer titulo ou condição, arvores de madeira de lei, podendo para esse fim solicitar do Governo as sementes de que carecer.

Art. 19. São consideradas «madeiras de lei», no caso do art. antecedente, o cedro, o jacarandá, o Gonçalo Alves, o putumujú, a aroeira, o pau darco, o quiri, a sapucaia, a moreira e outras que forem enumeradas no Regulamento.

Art. 20. Este premio será de 20\$ a 50\$ por tarefa, excedendo a plantação de 20 tarefas, conforme for o terreno plantado, de maior ou menor difficuldade de cultura, ou de conveniencia geral

Art. 21. Este premio será dividido em tres pagamentos, sendo o 1º um anno depois da plantação ; o 2º tres annos depois de feito o 1º e o 3º tres annos depois de feito o 2º.

Art. 22. E' competente para a verificação do valor da plantação um lavrador commissionedo pelo Governo, emquanto não houver um empregado especial para tal fim.

Art. 23. Será elevado a 50\$ ou 100\$, o premio referido no art. 18, si a plantação for de sapucaia, para a exportação da amendoa, nas mesmas condições determinadas no art. 21.

Art. 24. Este premio poderá ser dado como supprimento para a formatura em Agronomia, pela—Faculdade do Rio de Janeiro, de um filho do requerente, quando sua plantação for de 50.000 pés de sapucaia, para mais.

Paragrapho unico. No caso do art. antecedente, concluidos os estudos elementares, e feita a admissão ao curso superior, fornecer lhe-á o Estado até a sua formatura, uma mezada de 200\$000 durante o curso, e um

premio de um conto de réis, de uma só vez no último anno, para a impressão da these, e a conclusão dos estudos.

CAPITULO IV

Da conservação das mattas

Art. 25. Como medida assecratoria da conservação das mattas, é de todo prohibido fazer-se queimada de roça, de qualquer tamanho que seja, antes das 5 horas da tarde no verão (setembro a abril) e antes das 3 horas da tarde, no inverno (nos outros mezes do anno).

Art. 26. Tambem não se fará queimada sem que tenha, o seu interessado, feito um aceiro de 10 metros, no minimo, em roda de toda a roça.

Art. 27. Este aceiro será feito á enxada, não ficando cisco, folha, gravêto, ou o que quer que seja, capaz de transmittir o fogo aos terrenos adjacentes,

Art. 28. Verificada a inobservancia da disposição acima taxada, será o responsavel passivel da multa de 100\$ a 300\$ (cem a trezentos) ou cadeia (proporcionalmente) além das perdas e damnos que tiver cauzado a outrem, civil ou criminalmente.

CAPITULO V.

Das licenças e taxas

Art. 29. Emquanto não for creado o lugar de *Agente Florestal*, para a especial fiscalisação das mattas ficará este cargo, aos cuidados do agente arrecadador do termo em que estiver situada a propriedade a quem cumpre conceder as licenças determinadas nesta Lei.

Art. 30. Requerida a licença, a autoridade verificará se tem lugar o deferimento do pedido, trasportando se á fazenda, ou sitio, para cujo fim fornecer-lhe-á o requerente os meios de transporte, e lhe mostrará toda a fazenda ou sitio.

Art. 31. Para a vendagem de madeira, lenha ou carvão, como exploração da propriedade será preciso uma licença de 50\$ a 200\$ annuaes, pagos em duas prestações.

Paragrapho unico. A lenha ou carvão quando forem destinados á cosinha e padaria ou refinação de assu-

café para o consumo no Estado; ou torrefacção de café, nas mesmas condições, nada pagarão.

Art. 32 Essa licença será tirada em janeiro e junho, ou somente em janeiro, com abatimento de 10%.

Art. 33 Onde quer que se exercite o commercio da lenha, ou carvão, para os fabricos, ou madeira para construcção, poderá a auctoridade (o agente ou arrecadador) intervir por si, ou por seus fiscaes para verificar se houve autorisação.

Art. 34. Verificando que houve infracção desta Lei, será o dono da mercadoria multado de 300\$ a 500\$, e o vendedor, ou conductor preso, até oito dias, se o dono não pagar immediatamente a alludida multa.

Art. 35 No caso do artigo anterior serão sequestradas as mercadorias, as quaes vendidas, o producto reverterá ao Thesouro, observando o disposto no artigo seguinte.

Art. 36. E' competente para applicar a multa o agente arrecadador do termo em que estiver situada a propriedade, ou o do mercado, ou feira, onde se verificar a infracção, o qual terá 50%, dando 20% ao seu escrivão ou auxiliar.

Art. 37. Fica o Governo autorizado a abrir desde já os necessarios creditos para iniciar os serviços creados pela presente lei.

Art. 38 Revogam-se as disposições em contrario.

Palacio do Governo do Estado de Sergipe, Aracajú,
3 de Novembro de 1913, 25º da Republica.

GENERAL JOSE DE SIQUEIRA MENEZES.

José Alipio de Oliveira.